

2- Mesas simultâneas: POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL E MÉXICO

**Bruna Cabral da Silva Côrtes Moreira
Universidade Federal Fluminense**

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo contribuir à discussão sobre a situação das políticas sociais no cenário contemporâneo, com o foco da realidade brasileira e mexicana, atreladas a uma orientação internacional. O interesse é analisar como esses dois países têm suas bases sociais às mesmas problemáticas devido às similitudes da formação do capitalismo latino americano, às ordens do Banco Mundial e das demandas da agenda neoliberal. Sem um enfoque de mudança por completo, por não atingir diretamente a causa, mas sim a consequência, as políticas de transferência de renda ganham espaço e tornam moeda de troca de votos para os governos.

Palavra-chave: políticas sociais, capitalismo, neoliberal.

No cenário contemporâneo, a política implantada na América Latina mostra o retrocesso na garantia de direitos, na qual o Estado redefine suas funções em relação à sociedade. Na sua perspectiva de crescimento econômico, os países periféricos esbarram no distanciamento das relações de suas classes sociais, com desigualdades atenuadas, com grande parte da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza.

América Latina apresenta um diagnóstico peculiar e curioso: seu histórico de dependência. Terras, que hoje carecem de recursos, chamaram a atenção de seus conquistadores pela quantidade de prata e de ouro, em séculos anteriores. Civilizações que possuíam impérios, tecnologias próprias de cultivo e modos distintos de socialização, foram devastadas, através de doenças, trabalho escravo, suicídios, imigração forçada, entre outros.

A imagem encontrada na estrutura social, política e econômica dos países Brasil e México refletem similaridades que ultrapassam a questão de seus modos de produção e a submissão à lógica neoliberal, na qual suas histórias remetem a um passado de submissão e exploração que explicam a dominação e a precarização de seu povo. Ambos encontram políticas sociais que somente atenuam as disparidades das classes sociais, intensificando as disparidades entre as classes.

Antes mesmo do processo de colonização, os indígenas que habitavam o território da América Latina, possuíam a características do trabalho, em

proporções diferentes, plantavam para seu próprio consumo. Podendo considerar-se como um povo marcado pelo trabalho, transformando para a burguesia mercantil e colonizadora como polo de recursos naturais vastos, mão de obra barata e mercado consumidor. A mão de obra indígena foi explorada em larga escala, levando a morte de milhões de índios pelo trabalho precarizado e forçado nas minas (ANTUNES, 2011).

Brasil e México destacam, no contexto mundial, como ambos de maiores população perante aos demais latinos e os maiores índices de desigualdade na distribuição de renda. Estes também enfrentam o sistema de políticas imediatistas, e não estruturais, tendo um Estado cada vez mais distante das ações de proteção social e uma dinâmica populacional cada vez mais empobrecida.

Os rumos que as políticas sociais que os governos brasileiro e mexicano seguiram nos apresentam a necessidade de analisar qual o modelo ideológico que as fundamenta, o que se pretende e porque optar pela focalização no lugar da universalização. O sistema capitalista existe em meio de inúmeras contradições que de tempo em tempo desencadeiam em crises cíclicas, vitais para sua existência.

O termo focalização, nas políticas sociais, assume status de categoria com ampla utilização em documentos dos organismos internacionais, que passaram a difundir a ideia de que o alívio da pobreza e a redução das enormes desigualdades sociais existentes nos países dependentes iriam ocorrer a partir de uma implementação de projetos e programas sociais dirigidos às populações pobres e grupos vulneráveis. Tais projetos teriam como objetivo explícito combater a pobreza, satisfazendo as necessidades básicas, o que deveria propiciar um mínimo de dignidade a esse segmento populacional (BOSCHETTI, 2012).

Nos países da América Latina, a política de bem-estar social é periférica, diferentemente de países capitalistas centrais que experimentaram o *Welfare State*, que não apresentavam condicionalidades, com acesso de todos a todas as necessidades básicas de qualquer pessoa. As políticas sociais aqui se estenderam, principalmente, nos períodos dos regimes autoritários, contradizendo por se tratar de um dos períodos de mais avesso a garantia da cidadania. Claro que a intenção contida era disfarçar a dureza do regime, permitindo o acesso a bens e serviços e não ao poder, a riqueza e a renda (BOSCHETTI, 2012).

Uma das crises estruturais a de 1970, forçou ao capitalismo contemporâneo a elaborar um conjunto de estratégias para o seu enfrentamento, com cerne a reestruturação produtiva, no reordenamento do papel do Estado e a implantação do projeto neoliberal, que surge como um ideário capaz de oxigenar as formas de acumulação do capitalismo. O neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a não participação do Estado na economia, na qual deve haver total liberdade de mercado, para garantir assim o crescimento econômico.

As principais medidas adotadas pela agenda neoliberal estão à quebra das políticas universalistas e o aumento das políticas focalizadas de redução da pobreza, comandada pelos organismos internacionais, principalmente nos países periféricos. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Organização das Ações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), vêm interferindo nas políticas públicas da América Latina, na qual destaca a interferência no modo de trato com a pobreza nos dois países de estudo – Brasil e México.

CHESNAIS (1996) afirma que a crise é um fruto de junção de desdobramentos da política neoliberal e que a partir de 2008, essa crise ganha forma e visibilidade, dividida em três etapas: *uma forte política de desregulamentação dos mercados, do comércio mundial e do mercado financeiro; a criação de capital fictício e sistemas de créditos a vistas a ampliar uma demanda insuficiente no centro do sistema capitalista e a reincorporação plena das antigas Repúblicas da União Soviética e da China.*

Reforçando a ideia já analisada, comentada e criticada que o que acontece nos países potências do mundo, precisa ter reflexo na América Latina e essa não seria diferente. A atual crise financeira atinge a estrutura tanto dos países europeus como os latinos americanos, o último por ser predominante composto de assalariados e o primeiro marcado por Estado de plena cobertura (DANTAS, 2009).

Como forma de suprir o baixo acúmulo de mais-valia, decorrente a diminuição dos salários e do endividamento das famílias que os compõe e das empresas que os gere, contraiu-se uma dívida pública, que está sujeita aos juros de mercado. Essa composição caracteriza uma nova caminhada do capitalismo na busca de superlucros.

Na realidade o objetivo dos organismos internacionais é garantir o desenvolvimento do capital e o crescimento econômico. Com as políticas focalizadas de transferência de renda é possível “transferir” uma parte da renda pública para a população mais pobre, para que possam consumir e garantir a manutenção do sistema. Existem duas tendências que reforçam os modelos adotados de política social nos países periféricos, uma como já foi abordado trata-se, justamente, da hegemonia dos países potências do capitalismo e dos problemas estruturais da sociedade civil (BOSCHETTI, 2012).

Segundo Marx, “os fatores que agem contrariamente à lei tendencial da queda da taxa de lucro são: aumento do grau de exploração do trabalho; a redução dos salários, a queda no preço dos elementos do capital constante e do variável; a formação de uma superpopulação relativa como consequência do crescimento do desemprego determinado pela dinâmica de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, pressionando para baixo o preço da força de trabalho; a dívida pública; o comércio exterior; e o aumento do capital em ações, com o desenvolvimento do sistema financeiro”¹.

Uma medida que vem sendo adotada largamente é a interferência do Estado com injeção de trilhões de dinheiro nos seus respectivos fundos públicos, na qual altas taxas de mais-valia vêm sendo retiradas por parte do Estado para financiar sua própria dívida, a fim de permitir que em ocasiões como a que está ocorrendo no mundo, sejam utilizados à custa do endividamento em grandes proporções do aparelho do Estado. O mesmo infiltra capitais fictícios a fim de garantir a valorização dos que já existem.

Os países da América Latina vêm tendenciados por uma pressão do Banco Mundial em diminuir as disparidades de renda que abalam suas economias e os apresentam no cenário mundial, como países com os índices mais elevados de desigualdades sociais, mas também como potenciais consumidores. Há uma quebra das políticas universalistas e o aumento das políticas focalizadas de redução da pobreza estão dentro de um quadro de reformas neoliberais comandadas pelos organismos internacionais nos países periféricos.

Os países latino americanos sofrem com Estados que remetem a política social como um “favor”, uma “*benesse*”, marcados por um conceito de re-filantropização, não vistas como direito social, mas sim como um benefício cedido pelo Estado como forma de controle social. Se na Europa foi vivenciado um ambiente de *Welfare State*, no Brasil e no México, presidentes carismáticos

¹Karl Marx. O Capital, Livro III, Terceira Parte.

apresentaram os direitos trabalhistas e sociais em gerais como uma meta e cumprimento de seus governos.

A política regressiva implantada nos últimos tempos é a desconstrução dos direitos sociais conquistados, devido principalmente a focalização das políticas, a responsabilização da sociedade civil, roteiros seguidos de privatização, trazendo também a imagem a pobreza para o assistencialismo da política de assistência social, remetendo a imagem e apelo do cidadão visto do alto, ou seja, como o pobre e consumidor (SOARES, 2012).

A política social torna-se uma arrecadação para o sistema capitalista, como salário indireto, transformando os custos internos à produção em socialização dos custos, barateando a força de trabalho (onde libera recursos para o consumo) (OLIVEIRA, 1998).

O fundo público vai de encontro à teoria de valor de Marx porque essa categoria retira o capital constante e variável da posição de parâmetro de valor, mesmo ele não sendo considerado valor (OLIVEIRA, 1998). A própria classe trabalhadora financia o fundo público (SALVADOR, 2012).

Devido a essa política de transferência de renda, ativamente implantada pelos países periféricos, possibilitam através das “bolsas”, que a população mais pobre possa ser inserida no mercado do consumo (SOUZA, 2012). São justamente essas ações do Banco Mundial que vai ditar as posições e as ações tanto dos países centrais quanto os periféricos, interferindo diretamente nas políticas públicas que cada vai direcionar, até mesmo de acordo com o perfil político, social e econômico.

Esse artigo buscou apresentar as duas grandes políticas de combate à fome sob a perspectiva dos países Brasil e México, com referência a seu histórico de submissão as demandas e economias internacionais. Através de uma análise histórica foi percebido o quanto a população latino americanas foi massacrada perdendo seu espaço cultural e suas riquezas naturais para resolver prioridades europeia e depois americana.

A crise financeira contemporânea refaz um cenário marcado por lutas sociais, em um novo modelo descentralizado e filantrópico de agir por parte do Estado com suas políticas sociais. Esse novo ordenamento traz consigo um tripé de flexibilização, desregulamentação e flexibilização pelos Estados Nacionais, refletindo mais ainda nas relações sociais.

O que ainda movimentou o lucro foi à transferência, já citada, para regiões de mão de obra mais barata, que objetivava a extração da mais-valia

para o crescimento do capital nos últimos anos, porém não foi suficiente para sustentar e tendem a esgotar. Os recursos obtidos pela privatização dos monopólios estatais e o excesso nos gastos dos recursos naturais, sem a preocupação com a reposição, foram agregados ao processo de acumulação. Mas ao rumo que eles são esgotáveis seus custos tendem a pressionar a queda da taxa de lucro. O que ganhava em lucro não são mais nas mesmas proporções que nos últimos anos, com a privatização das empresas, serviços, e da infraestrutura básica necessária da sociedade, antes pertencentes e de domínio do Estado.

Essas mudanças nos países Brasil e México vêm a caracterizar todo o perfil já comentado de dependência e submissão desde primórdios do descobrimento. Sejam para alimentar de recursos as Metrôpoles Europeias, século XVI ou para agora ser o sustento através dos pagamentos de dívidas para a crise das grandes economias mundiais atuais.

Compreende-se que é uma orientação aos países periféricos para com trato com as expressões da questão social, como modelo de desenvolvimento social, através do desmonte do Estado.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boi tempo, 2011.

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma desestruturação do Estado e perda de direitos, São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. 5. Ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca básica de Serviço Social: v.2.

DANTAS, Rodrigo. CRISE DE SUPER-PRODUÇÃO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL. Dossiê: DARWISMO E FILOSOFIA – TEMAS LIVRES TEMAS & MATIZES - Nº 15 - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais / Vicente de Paula Faleiros – 12.ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Fraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GONZALBO, MARTÍNEZ, JÁUREGUI, VÁZQUEZ, GUERRA, GARCIADIEGO, AGUILAR. Nueva historia mínima de México ilustrada. Primera edición, 2008.
<http://www.fomezero.gov.br>, acessado em 07 de junho de 2014

HOBBSAWM, E. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Cap. XIII. Rio de Janeiro, Nova Abril, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor a economia política da hegemonia imperfeita. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P.. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

Estado e políticas sociais no neoliberalismo / Ana Cristina Laurell (org.); revisão técnica de Amélia Cohn; Tradução de Rodrigo León Contrera – 5. Ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

Vários autores. Título original: Estado y políticas sociales en el neoliberalismo. Financeirização, fundo público e política social / Evilásio Salvador...[et al.] (orgs). – São Paulo : Cortez, 2012.

NETO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Políticas públicas de assistência social brasileira: avanços, limites e desafios. Acesso em: 02/06/2014.
Disponível em :<http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. I simpósio de orçamento público e políticas sociais, no dia 10 de abril de 2012, na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

SALVADOR, Evilásio. Fundo Publico e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Artigo. 2012.

SICSU, João. *Arrecadação - de onde vem?- e gastos públicos - para onde vão?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SIQUEIRA, Luana de Souza. Dissertação de mestrado: Programa Bolsa Família: Política de Ruptura ou Continuidade?. Rio de Janeiro, 2007.

Documento da CEPAL: Estudo Econômico da América Latina e do Caribe. Disponível em:
http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/44125/Estudio_econ%C3%B4mico_da_Am%C3%A9rica_Latina_e_do_Caribe.pdf. Acesso em: 02/06/2014

BRASIL - Constituição Federal do Brasil de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 02/06/2014

MÉXICO. Site Oficial da Cruzada Contra el Hambre. Disponível em:

<http://sinhambre.gob.mx/> Acesso em: 02/06/2014

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado dia 15/04/2014.